

Editorial

Jornal da Jagb seção rio

Há 5 anos a AGB-Rio fechou suas portas, em função das dificuldades estruturais para mantê-la funcionando. Nesse período, muitos geógrafos se perguntaram as razões de tal fato ter ocorrido, ao mesmo tempo em que se viram obrigados a se filiar a outras seções locais para poder participar dos Encontros Nacionais realizados no período. A perplexidade diante do inusitado, uma vez que a AGB-Rio é uma das mais antigas e sempre foi uma das mais fortes do país, levou um grupo de geógrafos presentes no XI ENG a se articular para reorganizar a AGB-Rio.

O momento nos parece crucial, pois várias questões que afetam diretamente o conjunto dos geógrafos se colocam hoje: a) a ameaça de redução da carga horária de geografia nas escolas e até a extinção da disciplina, proporcionados pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação; b) as absurdas e crescentes exigências do CREA-RJ para obtenção do registro de geógrafo, associadas às dificuldade de inserção dos técnicos no mercado de trabalho; c) a crise das universidades que afeta diretamente a qualidade da formação dos geógrafos e limita as possibilidades de pesquisa e conseqüentemente o avanço da ciência.

Além disso, as profundas transformações na organização do território que vêm se processando no país, no estado e na cidade, decorrentes de projetos como a transposição do rio São Francisco, a ampliação do porto de Sepetiba, o Rio-Cidade e o Favela-Bairro, exigem um posicionamento dos geógrafos.

Tais questões colocam diante dos geógrafos o desafio de dar uma resposta coletiva, o que só poderá ser feito na medida em que tenhamos uma entidade capaz de aglutinar o conjunto da categoria, professores, pesquisadores, técnicos, estudantes. É por isso que a reorganização da AGB-Rio se faz necessária e convocamos o conjunto dos geógrafos do Rio de Janeiro a participar desta empreitada.

Como passo inicial neste sentido, convocamos uma reunião para o dia 12 de agosto, na UERJ, para a qual convidamos geógrafos vinculados aos mais diversos segmentos e instituições, buscando ampliar o debate sobre a necessidade de se refundar a AGB-Rio.

A reunião contou com a participação de professores, pesquisadores e estudantes vinculados à PUC, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, Pedro II, redes municipal, estadual e particular de ensino. Além disso, havia pessoas das mais diversas regiões da cidade. Este vasto leque de participantes e a disposição demonstrada por todos os presentes de rearticular a AGB-Rio permitiu a formação de uma comissão provisória com a tarefa de levantar a situação legal da entidade, realizar os contatos necessários para sua estruturação e organizar atividades que reaglutinassem em torno da AGB-Rio os geógrafos do Rio de Janeiro hoje dispersos.

Para melhor realizar tal tarefa, a Comissão contou com pessoas

vinculadas às mais diversas instituições e segmentos, dando a esta um caráter descentralizado e dinâmico. Para agilizar a circulação de informações criamos uma página da AGB-Rio na internet, onde estamos divulgando as atividades promovidas pela entidade.

Dando continuidade ao trabalho de rearticulação da AGB-Rio a comissão provisória realizou debates na PUC e na UERJ com o apoio dos respectivos departamentos de Geografia e centros acadêmicos, onde o tema central foi "A Formação do Geógrafo e o Mercado de Trabalho". Também

promovemos na Escola Municipal Henrique de Magalhães em Bangu, o I Encontro de Geografia da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, com o apoio do SEPE-RJ, onde foram debatidos vários temas como: "Os Geógrafos e seu Papel na Conjuntura Nacional", "A Nova LDB e o Ensino da Geografia", e "Meio Ambiente e Infra-Estrutura na Zona Oeste".

Um dos principais momentos da atuação da Comissão Provisória foi a realização do "Encontro da Nova AGB-Rio", com o objetivo de eleger a nova diretoria da entidade. Neste evento foram realizadas três mesas redondas, com destaque para a mesa intitulada "Histórico e Perspectivas da AGB-Rio", onde se reuniram geógrafos com participação na entidade em momentos diversos. Destacou-se a importância da rearticulação da Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Rio de Janeiro, como importante espaço de encontro e produção dos geógrafos cariocas e fluminenses.

A diretoria eleita deu continuidade ao trabalho da Comissão Provisória, com destaque para a realização, em conjunto com a AGB-Niterói e o apoio do SEPE-RJ, do SINPRO-RJ, da FETEERJ e de diversos departamentos de geografia do estado, do I Encontro Estadual de

Professores de Geografia, realizado entre os dias 03 e 06 de Junho na Cidade de Nova Friburgo. Este evento serviu como preparatório para o IV Fala Professor a ser realizado em Curitiba em julho deste ano.

Cabe destacar que este encontro foi o único realizado nos moldes definidos pela AGB-Nacional para o IV Fala Professor, funcionando com laboratório para este. Representou ainda uma divulgação dos trabalhos da AGB-Rio entre os geógrafos do Rio de Janeiro, principalmente os colegas do interior que se encontram mais afastados dos debates acerca das mudanças em curso na geografia e na educação.

A trajetória empreendida pela Comissão Provisória e pela Diretoria recém eleita, incorporando crescentemente pessoas ao trabalho de organização da AGB-Rio mostra que estamos no caminho certo, mas, sabemos que para construir uma entidade representativa dos geógrafos do Rio de Janeiro não basta somente o esforço da atual diretoria da AGB-Rio, sendo necessário o engajamento de todos, pois como já foi dito antes **A AGB SOMOS NÓS!!!!!!**



Comissões

Dentre as propostas da nova diretoria da AGB-Rio está o fomento do debate acerca das questões relativas à formação dos Geógrafos, à evolução do mercado de trabalho e ao exercício da profissão. Tal preocupação envolve tanto a parcela da categoria envolvida com o magistério, como os chamados técnicos. Algumas destas discussões são comuns, mas outras têm caráter mais específico.

Com este intuito, decidimos criar dois grupos de trabalho, no âmbito da Comissão de Ensino e Assuntos Profissionais. Um primeiro irá se dedicar mais à discussão

Grupo de Trabalho sobre Ensino de Geografia

1 - Apresentação

Neste texto faremos um breve resgate das políticas educacionais realizadas pelos atuais governos em suas diferentes instâncias. Mostraremos que alguns projetos já postos em prática pelo poder público municipal e estadual do Rio de Janeiro, revelam uma praxis autoritária e centralizadora da administração pública, desvelando também que soluções técnicas, dissociadas da prática de sala de aula, não são suficientes para erradicar os problemas de evasão e repetência, comuns em nosso estado.

2 - As verdades e “meias” verdades do atual discurso do governo: o papel da Nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação.

O discurso utilizado a partir da década de 80 pelo governo federal na área educacional leva em conta algumas questões importantes: a primeira, revela uma preocupação fundamental de ampliar o ensino fundamental ao conjunto da população brasileira, notadamente a População Economicamente Ativa, constituída de jovens e adultos em idade produtiva; a segunda, destaca a necessidade de criar novas metodologias de ensino, a partir da reformulação de conteúdos e métodos de avaliação. Tal perspectiva, leva em consideração o pouco alcance dos métodos de ensino atualmente vigentes e seus desastrosos resultados: altos índices de evasão e de repetência, além da elevada taxa de analfabetismo. O seu discurso vai mais além, quando se propõe a criar projetos educacionais alternativos, envolvendo Estado e Sociedade Civil e tenta homogeneizar conteúdos, criando uma referência nacional – no caso os Parâmetros Curriculares.

Curioso que, passados 60 anos, o governo não atualizou sua forma de intervenção e o seu discurso, mostrando que, a preocupação essencial, em ter-

mos de política pública educacional desde a década de 30, foi desviar atenção da sociedade para a ausência, exclusão e pouco alcance do sistema de ensino público instituído para população de baixa renda. Desta forma, o que, em princípio, tais ações nos mostram mais uma vez, é que o governo federal pretender alcançar, através da ampliação das vagas na escola e da universalização do ensino fundamental, os mais altos patamares no campo econômico. Revelaremos a seguir alguns traços apresentados pelo próprio governo para atingir a meta apontada.

3 - O discurso do avesso

Preocupa-se em preparar a nossa PEA porque constatou-se que é a menos instruída dos países que fazem parte do Mercosul (exceção feita ao Paraguai), portanto incapaz de responder ao novo padrão de indústria que se instaura no Brasil a partir de 80.

“Se é para entrar para valer na guerra da competitividade – com a batalha do Mercosul em franco deslizar – é preciso quanto antes erradicar o analfabetismo da PEA e, ao mesmo tempo, triplicar essa oferta de matrículas em Educação Profissional, para atingir, no mínimo, 14 milhões de pessoas por ano, ou seja atender em torno de 20% da PEA” (Nassim Gabriel Mehedff secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho).

Pretende-se priorizar o ensino fundamental porque isto é uma recomendação do Banco Mundial, que cada vez mais mostra-se preocupado com a falta de “capital humano” para atuar nas empresas e nas que futuramente se instalarão.

Os métodos de ensino também revelam uma estratégia do governo em termos de apreensão dos novos

das questões referentes ao ensino de Geografia nos níveis médio e fundamental, o Grupo de Trabalho sobre Ensino de Geografia. O segundo se dedicará basicamente às discussões sobre a formação do geógrafo, à evolução do mercado de trabalho e ao exercício da profissão dos técnicos e pesquisadores.

Assim, este jornal manterá sempre uma seção destinada às discussões de cada Grupo de Trabalho, dentro do propósito geral de ampliar cada vez mais o debate acerca das questões relativas à categoria.

DOC 086

Uma breve análise das Reformas Educacionais no Rio de Janeiro

significados da sociedade pós-industrial. Assim, a necessidade da informação em detrimento da formação, indicado nos temas transversais, sugeridos nos parâmetros curriculares, mostram a intenção do governo em preparar sua mão de obra, sabendo de tudo um pouco, mas sem aprofundamento conceitual de nenhuma disciplina. Neste caso, a reformulação dos métodos e metodologias são de suma importância para preparação do novo perfil de trabalhador que, POLIVALENTE, precisa conhecer, mas não aprofundar, diversos temas, tornando-se capacitado para atuar nos diversos ramos da empresa. Portanto tal proposta visa preparar o aluno para a empregabilidade, isto é, para a capacidade de manter-se empregado, dentro de um contexto de desemprego e de uma maior demanda por instrução da população.

4 - Democratização do Ensino Médio ?

A partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases busca-se redefinir as políticas educacionais para o Ensino Médio, com vistas a sua adequação às necessidades do desenvolvimento sócio-econômico e as novas reflexões pedagógicas que se impõem no cenário mundial. Neste sentido, o projeto de educação para o ensino médio assume uma identidade própria, através de uma maior organicidade em termos de gestão e financiamento público, adquirindo um status inédito na história da educação brasileira.

Dentro de uma conjuntura de expansão das matrículas deste setor, a partir da década de 80, e a emergência de novas concepções pedagógicas, como a proposta pelos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, vem à tona uma nova visão de *humanismo e tecnologias*. Com isto, passa-se a valorizar as questões relacionadas à

capacidade inovadora dos indivíduos de se adaptar aos novos conceitos de cidadania e justiça social.

Uma outra questão diz respeito ao aperfeiçoamento do magistério, e nesta linha, a criação de mecanismos para atrair mais profissionais para o atendimento da crescente demanda. Assim, o desenho das políticas deve propiciar maior eficiência e controle dos gastos. Emerge desta forma, a necessidade de criação de um modelo de gestão que garanta a elevação da qualidade do corpo docente, sem aumentar a carga de pagamento com pessoal do magistério.

E no estado do Rio de Janeiro

Se na década de 70 o número de vagas do 1º grau, hoje ensino fundamental, aumentou; nos anos 80 e 90 o número de matrículas no 2º grau, agora ensino médio, cresceu substancialmente. De 1985 a 1994 o crescimento do ensino médio foi de 100%, ao passo que o ensino fundamental cresceu apenas 30%.

Essa “democratização” do acesso à Escola Pública, nas últimas décadas, não veio acompanhada de qualidade no ensino, o que pode ser comprovado pelas seguintes constatações: o crescimento das vagas não está ocorrendo através da ampliação da rede física de escolas e da contratação de novos professores, com o gradual aumento no salário real, mas sim, através do aumento do número de alunos em sala de aula e da redução da carga horária das disciplinas.

As atitudes do atual governo do estado do Rio de Janeiro, responsável pela implementação do ensino médio, exemplificam bem essa “vontade política” em ampliar o número de matrículas no ensino médio.

Em fevereiro convoca 5.560 professores dos quase 13.000 aprovados em concurso, mas logo suspende essa convocação, alegando um possível “impacto” nos gastos

continuada¹. Olhadas com a atenção que uma análise científica e filosófica requer essas noções dizem muito pouco. Afinal, para um professor, por exemplo, a expressão **formação continuada** tem, de fato, algo de novo? Em outras palavras, em algum momento da história da profissão de Educador pode-se falar em **formação terminal**? Ao contrário, entre os professores a idéia de que somos eternos estudantes, felizmente, já havia se tornado verdadeiro lugar comum. A expressão **formação continuada** tornou-se novidade a partir dos técnicos do Banco Mundial que, recentemente, abandonando a matriz keynesiana (que deu origem à própria Instituição Banco Mundial) descobriram o velho mito liberal de que a ‘igualdade de oportunidades’² passa pela Educação.

De um ponto de vista metodológico como explicar que a idéia de **flexibilização** possa ser aplicada indistintamente seja a um curso de Filosofia, ou de Medicina, ou de Geografia, ou de Engenharia? Será que essa noção de **flexibilização** é, em si mesma, tão essencial e pertinente do ponto de vista epistemológico ou filosófico que a torne estruturante de qualquer curso independentemente de seu conteúdo específico?

Na verdade estamos resvalando num segundo equívoco metodológico ao deslocar essa idéia de flexibilização do campo político-tecnológico, que é de onde ele emana, introduzindo-a no debate das reformas da educação sem fazer as mediações necessárias. Antes de mais nada ignorando exatamente o que esses dois campos – o educacional e o tecnológico – têm em comum, que é o fato de que os dois têm forte componente político embutido. O argumento de que se trata de um debate técnico é um recurso retórico de forte poder de convencimento que, ele mesmo, se constitui numa técnica do campo da política. Com isso desloca-se o debate para um terreno favorável como se a técnica fosse algo que caminha por suas próprias pernas,

numa bela demonstração daquilo que Marx, em outro contexto, chamou de fetichismo da mercadoria. Só assim podemos entender a facilidade com que a noção de **flexibilização** tem navegado em águas tão distintas. É preciso afirmar, com toda a ênfase, que a técnica não é somente algo que se inscreve no campo da relação entre o homem e

a natureza, ou entre o homem e as coisas mas, também, é parte das relações dos seres humanos entre si. Machiavel, por exemplo, causou grande espanto exatamente por explicitar como existe uma técnica da política não acima ou abaixo da moral e da ética, mas como parte constitutiva das relações de poder. Essa é uma questão que um bom educador deve se colocar sempre, porque diz respeito ao sentido profundo do que é educar, ou seja, dos valores, dos fins, do sentido da vida, da História. Afinal, toda técnica está sempre inscrita nas relações societárias e, como tal, trás sempre embutida as relações sociais dos seus protagonistas. Num mundo que cada vez mais solicita uma recuperação da técnica é, no mínimo, preocupante que se pautem debates sobre reformas na educação a partir do pressuposto das transformações técnicas. Voltaremos ao assunto a seguir por outro ângulo;

Segunda Consideração – No caso específico da Geografia o documento dos especialistas do MEC sequer se deu ao trabalho de fundamentar sua crítica (se é que tem) às posições que a comunidade geográfica, expressa em uma infinidade de documentos oficiais da AGB, vem há anos defendendo de não se dissociar a formação do professor da do geógrafo.

Queremos um geógrafo-educador! Por que ignorar essas posições? Será que o fato de serem posições tomadas a partir da sociedade civil organizada, base de qualquer regime que se queira fundado nos princípios da cidadania, não deveria ser, por princípio, o início da conversa? Será que elas são vistas também como posições corporativas, retrógradas, rígidas de quem quer manter o *statu quo*? Felizmente nenhum desses desafios com que os liberais vêm procurando desqualificar seus críticos cabe aos posicionamentos da AGB. A necessidade de reformas no *curriculum* de formação dos profissionais da Geografia é uma constante nos posicionamentos da comunidade geográfica e, entre as bases de nossas propostas de reforma, se inclui exatamente a de não se dissociar a formação do educador da formação do geógrafo. Esta é uma das cláusulas pétreas das nossas propostas. Por que não oferecer à comunidade os seus

argumentos que fundamentam a crítica (ser é que existe) a essa idéia tão fundamental?³ Será que a idéia de flexibilizar o nosso *curriculum* não estava posta antes do debate da reforma necessária do *curriculum*? Em outras palavras, toda a questão parece ser a de flexibilizar o *curriculum* e não de debater o mérito da mudança. Acreditamos que essa mudança deva se dar na direção daquilo que uma verdadeira transformação dos nossos *curriculum* exige, ou seja, no sentido de uma nova relação entre o conhecimento técnico-científico e uma sociedade que dele se aproprie e não que sofra os efeitos de uma revolução tecnológica que aparece aos cidadãos como não sendo comandada por ninguém (o que, obviamente, é uma absurdo não só lógico como, sobretudo, histórico e político). Aliás, a quem interessa não revelar quem comanda a atual revolução tecnológica que, entre outras coisas, diz querer flexibilizar tudo? Será que essa revolução é uma revolução sem sujeito? A flexibilização é um valor que prescinde de uma qualificação simplesmente porque é novo? Não é exatamente isso que Umberto Eco critica nos fundamentalismos, sejam eles religiosos ou de outro tipo qualquer, isto é, o fato de determinadas idéias prescindirem de argumentação posto que seriam autoevidentes⁴. Para nós, **geógrafos-educadores**, essa não é uma questão qualquer até porque, como muito bem caracteriza Milton Santos, o fato de vivermos o período técnico-científico-informacional é que tem proporcionado a que, cada vez mais, o que acontece em cada lugar esteja sendo determinado por vetores cada vez mais situados fora dele o que coloca no centro do debate a natureza política que está envolvida na relação local-regional-nacional-global.

É exatamente por isso que a Geografia se torna um saber que exige ser visto na sua complexidade técnico-política e não simplesmente um saber ou técnico ou político, como sugere atual proposta da comissão de especialistas do MEC. Talvez a leitura do capítulo sobre ‘sistemas de objetos e sistemas de ações’, do livro ‘A Natureza do Espaço’, do geógrafo-educador Milton Santos, possa ajudar a melhor fundamentar o estabelecimento de Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Geografia. É nesse nível que gostaríamos de colocar o debate e não simplesmente como uma defesa corporativa do que aí está que, diga-se de passagem, também temos nos debatido contra nem, tampouco, contra ao documento da Comissão de Especialistas do MEC o que, aliás, seria um desvio do que realmente é importante, ou seja, o mérito, o conteúdo, a natureza da reforma necessária dos *curriculum* de Geografia.

Vivemos uma época que exige não uma dissociação entre a dimensão técnica e os fundamentos ético-filosóficos. Aliás essa dissociação é parte do problema com que nos deparamos hoje. Hiroshima e Nagasaki é uma experiência autêntica dessa dissociação entre o técnico-científico e o ético-filosófico-político, enfim, de uma ciência sem consciência, de uma ciência sem responsabilidade social.

¹ - Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense e Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

² - ‘A Educação Continuada é decisão do FMI que pensa em resultados imediatos dentro da lógica ‘custo-benefício’. Como o Estado privatizou o ensino superior, não lhe interessa a formação inicial, aquela formação básica superior de qualidade que a escola pública superior pode proporcionar.’ Devemos essa contribuição ao Professor Dr. José Misael Ferreira do Vale, da Seção Local Bauri da AGB.

³ - ‘Igualdade de oportunidades’ é o único lugar na ideologia liberal em que a idéia de igualdade entra. Só não sabemos direito como uma família sem terra, ou desempregada, ou que ganha salário mínimo, ou que se veja obrigada a migrar constantemente como cada vez mais se vê nesse ‘mundo flexibilizado’ pode educar os filhos da mesma forma que os filhos desses ideólogos da ‘educação como base da igualdade de oportunidades’. É transferir para os educadores uma responsabilidade que, de fato, não lhes cabe. Afimar isto é, portanto, rigorosamente, DESEDUCAR.

⁴ - Estamos, de fato, dispostos a alterá-la, posição de qualquer educador de bom senso, desde que nos seja apontado porque devemos fazê-lo. Aliás, recusar determinada posição teórico-política demanda, sempre, uma fundamentação, como nos ensina, no mínimo, a elegância acadêmica. E não se está diante de uma posição qualquer, mas de uma posição oficial da mais importante entidade representativa da comunidade científica que produz o conhecimento geográfico – a AGB. Isso não quer dizer que essas posições sejam corretas. São simplesmente posições oficiais e, como tal, merecem um tratamento com a dignidade que a comunidade que a produziu exige. Afinal, a quem se dirige a proposta do MEC?

⁵ - A modernidade, por exemplo, institui um fundamentalismo *sui generis*, qual seja, o **fundamentalismo do novo**, posto que na configuração imaginária dessa modernidade tudo que é novo adquire uma aura de bom e tudo que é velho uma aura de ruim, sem que se precise fundamentar a razão de ser assim. É autoevidente. Não esquecer, por exemplo, que o nazismo, visto a partir dos inícios dos anos 30 era novo e ...

⁶ - Será que é preciso lembrar que *front* é uma expressão político-militar que diz respeito à disputa por espaço que quando definido vira fronteira que tende a apagar o *front*?

continuada¹. Olhadas com a atenção que uma análise científica e filosófica requer essas noções dizem muito pouco. Afinal, para um professor, por exemplo, a expressão **formação continuada** tem, de fato, algo de novo? Em outras palavras, em algum momento da história da profissão de Educador pode-se falar em **formação terminal**? Ao contrário, entre os professores a idéia de que somos eternos estudantes, felizmente, já havia se tornado verdadeiro lugar comum. A expressão **formação continuada** tornou-se novidade a partir dos técnicos do Banco Mundial que, recentemente, abandonando a matriz keynesiana (que deu origem à própria Instituição Banco Mundial) descobriram o velho mito liberal de que a 'igualdade de oportunidades'² passa pela Educação.

De um ponto de vista metodológico como explicar que a idéia de **flexibilização** possa ser aplicada indistintamente seja a um curso de Filosofia, ou de Medicina, ou de Geografia, ou de Engenharia? Será que essa noção de **flexibilização** é, em si mesma, tão essencial e pertinente do ponto de vista epistemológico ou filosófico que a torne estruturante de qualquer curso independentemente de seu conteúdo específico?

Na verdade estamos resvalando num segundo equívoco metodológico ao deslocar essa idéia de flexibilização do campo político-tecnológico, que é de onde ele emana, introduzindo-a no debate das reformas da educação sem fazer as mediações necessárias. Antes de mais nada ignorando exatamente o que esses dois campos – o educacional e o tecnológico – têm em comum, que é o fato de que os dois têm forte componente político embutido. O argumento de que se trata de um debate técnico é um recurso retórico de forte poder de convencimento que, ele mesmo, se constitui numa técnica do campo da política. Com isso desloca-se o debate para um terreno favorável como se a técnica fosse algo que caminha com suas próprias pernas, numa bela demonstração daquilo que Marx, em outro contexto, chamara de fetichismo da mercadoria. Só assim podemos entender a facilidade com que a noção de **flexibilização** tem navegado em águas tão distintas. É preciso afirmar, com toda a ênfase, que a técnica não é somente algo que se inscreve no campo da relação entre o homem e

a natureza, ou entre o homem e as coisas mas, também, é parte das relações dos seres humanos entre si. Machiavel, por exemplo, causou grande espanto exatamente por explicitar como existe uma técnica da política não acima ou abaixo da moral e da ética, mas como parte constitutiva das relações de poder. Essa é uma questão que um bom educador deve se colocar sempre, porque diz respeito ao sentido profundo do que é educar, ou seja, dos valores, dos fins, do sentido da vida, da História. Afinal, toda técnica está sempre inscrita nas relações societárias e, como tal, trás sempre embutida as relações sociais dos seus protagonistas. Num mundo que cada vez mais solicita uma recuperação da técnica é, no mínimo, preocupante que se paute um debate sobre reformas na educação a partir do pressuposto das transformações técnicas. Voltaremos ao assunto a seguir por outro ângulo;

Segunda Consideração – No caso específico da Geografia o documento dos especialistas do MEC sequer se deu ao trabalho de fundamentar sua crítica (se é que tem) às posições que a comunidade geográfica, expressa em uma infinidade de documentos oficiais da AGB, vem há anos defendendo de não se dissociar a formação do professor da do geógrafo.

Queremos um geógrafo-educador! Por que ignorar essas posições? Será que o fato de serem posições tomadas a partir da sociedade civil organizada, base de qualquer regime que se queira fundado nos princípios da cidadania, não deveria ser, por princípio, o início da conversa? Será que elas são vistas também como posições corporativas, retrógradas, rígidas de quem quer manter o *statu quo*? Felizmente nenhum desses desafios com que os liberais vêm procurando desqualificar seus críticos cabe aos posicionamentos da AGB. A necessidade de reformas no *currículo* de formação dos profissionais da Geografia é uma constante nos posicionamentos da comunidade geográfica e, entre as bases de nossas propostas de reforma, se inclui exatamente a de não se dissociar a formação do educador da formação do geógrafo. Esta é uma das cláusulas pétreas das nossas propostas. Por que não oferecer à comunidade os seus

argumentos que fundamentam a crítica (ser é que existe) a essa idéia tão fundamental?³ Será que a idéia de flexibilizar o nosso *currículo* não estava posta antes do debate da reforma necessária do *currículo*? Em outras palavras, toda a questão parece ser a de flexibilizar o *currículo* e não de debater o mérito da mudança. Acreditamos que essa mudança deva se dar na direção daquilo que uma verdadeira transformação dos nossos *currículo* exige, ou seja, no sentido de uma nova relação entre o conhecimento técnico-científico e uma sociedade que dele se aproprie e não que sofra os efeitos de uma revolução tecnológica que aparece aos cidadãos como não sendo comandada por ninguém (o que, obviamente, é uma absurdo não só lógico como, sobretudo, histórico e político). Aliás, a quem interessa não revelar quem comanda a atual revolução tecnológica que, entre outras coisas, diz querer flexibilizar tudo? Será que essa revolução é uma revolução sem sujeito? A flexibilização é um valor que prescinde de uma qualificação simplesmente porque é novo? Não é exatamente isso que Umberto Eco critica nos fundamentalismos, sejam eles religiosos ou de outro tipo qualquer, isto é, o fato de determinadas idéias prescindirem de argumentação posto que seriam autoevidentes⁴. Para nós, **geógrafos-educadores**, essa não é uma questão qualquer até porque, como muito bem caracteriza Milton Santos, o fato de vivermos o período técnico-científico-informacional é que tem proporcionado a que, cada vez mais, o que acontece em cada lugar esteja sendo determinado por vetores cada vez mais situados fora dele o que coloca no centro do debate a natureza política que está envolvida na relação local-regional-nacional-global.

É exatamente por isso que a Geografia se torna um saber que exige ser visto na sua complexidade técnico-política e não simplesmente um saber ou técnico ou político, como sugere atual proposta da comissão de especialistas do MEC. Talvez a leitura do capítulo sobre 'sistemas de objetos e sistemas de ações', do livro 'A Natureza do Espaço', do geógrafo-educador Milton Santos, possa ajudar a melhor fundamentar o estabelecimento de Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Geografia. É nesse nível que gostaríamos de colocar o debate e não simplesmente como uma defesa corporativa do que aí está que, diga-se de passagem, também temos nos debatido contra nem, tampouco, contra ao documento da Comissão de Especialistas do MEC o que, aliás, seria um desvio do que realmente é importante, ou seja, o mérito, o conteúdo, a natureza da reforma necessária dos *currículo* de Geografia.

Vivemos uma época que exige não uma dissociação entre a dimensão técnica e os fundamentos ético-filosóficos. Aliás essa dissociação é parte do problema com que nos defrontamos hoje. Hiroshima e Nagasaki é uma experiência autêntica dessa dissociação entre o técnico-científico e o ético-filosófico-político, enfim, de uma ciência sem consciência, de uma ciência sem responsabilidade social.

¹ - Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense e Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

² - 'A Educação Continuada é decisão do FMI que pensa em resultados imediatos dentro da lógica 'custo-benefício'. Como o Estado privatizou o ensino superior, não lhe interessa a formação inicial, aquela formação básica superior de qualidade que a escola pública superior pode propiciar.' Devemos essa contribuição ao Professor Dr. José Misael Ferreira do Vale, da Seção Local Bauru da AGB.

³ - 'Igualdade de oportunidades' é o único lugar na ideologia liberal em que a idéia de igualdade entra. Só não sabemos direito como uma família sem terra, ou desempregada, ou que ganha salário mínimo, ou que se veja obrigada a migrar constantemente como cada vez mais se vê nesse 'mundo flexibilizado' pode educar os filhos da mesma forma que os filhos desses ideólogos da 'educação como base da igualdade de oportunidades'. É transferir para os educadores uma responsabilidade que, de fato, não lhes cabe. Afirmar isto é, portanto, rigorosamente, DESEDUCAR.

⁴ - Estamos, de fato, dispostos a alterá-la, posição de qualquer educador de bom senso, desde que nos seja apontado porque devemos fazê-lo. Aliás, recusar determinada posição teórico-política demanda, sempre, uma fundamentação, como nos ensina, no mínimo, a elegância acadêmica. E não se está diante de uma posição qualquer, mas de uma posição oficial da mais importante entidade representativa da comunidade científica que produz o conhecimento geográfico – a AGB. Isso não quer dizer que essas posições sejam corretas. São simplesmente posições oficiais e, como tal, merecem um tratamento com a dignidade que a comunidade que a produziu exige. Afinal, a quem se dirige a proposta do MEC?

⁵ - A modernidade, por exemplo, institui um fundamentalismo *sui generis*, qual seja, o **fundamentalismo do novo**, posto que na configuração imaginária dessa modernidade tudo que é novo adquire uma aura de bom e tudo que é velho uma aura de ruim, sem que se precise fundamentar a razão de ser assim. É autoevidente. Não esquecer, por exemplo, que o nazismo, visto a partir dos inícios dos anos 30 era novo e ...

⁶ - Será que é preciso lembrar que *front* é uma expressão político-militar que diz respeito à disputa por espaço que quando definido vira fronteira que tende a apagar o *front*?

Agenda

- **1º Congresso Popular de Educação**
2º Semestre de 1999
Rio de Janeiro
Informações no SEPE-RJ - Tel. 254-4433
- **I Encontro Humboldt: 200 anos depois...**
2º Semestre de 1999
Buenos Aires - Argentina
humboldt@sinectis.com.br
- **IV EREGEO - SE**
Encontro Regional dos Estudantes de Geografia do Sudeste
04 a 07 de setembro
São Paulo - USP
Informações no CA da USP
- **Turismo, Mitos e Ritos**
III Encontro Nacional de Turismo com Base Local
25 a 29 de outubro
Universidade do Amazonas - Manaus - Amazonas
Informações: (092) 644-4242 / Fax: (092) 644-2451
e-mail: 3 Turismo@internext.com.br
http://www.Turismo.internext.br/encontro.
- **3º CONED**
02 a 05 de dezembro
Porto Alegre
- **I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**
09 a 12 de dezembro
Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro
Informações: (019) 526-2228
e-mail: diretor@rc.unesp.br

Grupo de Trabalho sobre Pré-Vestibulares Comunitários

Criado durante o I EEPG, fruto das discussões do Espaço de Diálogo sobre Educação Popular, este grupo, que é ligado às AGBs Rio e Niterói, tem como tarefa inicial mapear os Pré-Vestibulares Comunitários existentes no estado do Rio de Janeiro, bem como identificar em quais deles atuam professores de Geografia. O Grupo realizou sua primeira reunião no dia 26/06 em São João de Meriti, agendou outra para o dia 10/07 na UFF e deverá se reunir também durante o IV Fala Professor em Curitiba.

Outro objetivo do Grupo de Trabalho é criar um fórum de professores de Geografia que atuam em Pré-Vestibulares Comunitários. Para isso a participação dos demais interessados na questão é fundamental.

Contatos:

AGB-Rio; AGB-Niterói; Gustavo - 572-0133; Marcilene - 625-2001

Atenção

A Diretoria da AGB-Rio volta a pedir contribuições na produção de artigos e sugestões de matérias aos filiados para que possamos elaborar o próximo número do Jornal da AGB-Rio.

A colaboração de vocês será muito importante para a criação de um jornal cada vez mais democrático e representativo perante a nossa classe.

Desde já agradecemos as contribuições.

Diretoria
AGB-Rio

Charges



Expediente

Diretor:

Paulo Roberto R. Alentejano

Vice-Diretor:

Maria Isabel de Jesus Chrisostomo

1º Secretário:

Gustavo do Nascimento Lopes

2º Secretário:

Flávia Pires Nogueira Lima

1º Tesoureiro:

Augusto Castello Branco Ramos de Assumpção

2º Tesoureiro:

Roberta Esteves da Rocha

Coordenador de Publicações:

Ricardo Cárdenas Jansen

Auxiliar de Coordenador de Publicações:

Marcos Sant'Anna Valero

Fotos:

Eusébio Abreu Nunes

Diagramação e Editoração

Eletrônica:

Bárbara Assumpção

Endereço AGB-Rio:

Caixa Postal 4705

CEP: 20.001-900

e-mail: agbrio@hotmail.com